

**CORRIGENDA À NOTA DE ENVIO**

---

de: Praesidium

para: Convenção

---

Assunto: **Projecto de Constituição, Volume II**  
**– Projecto de texto das Partes II, III e IV**

---

**1. Na pág. 95, o artigo III-163.º deve passar a ter a seguinte redacção (nova alínea d)):**

Artigo III-163.º (ex-artigo 12.º)

1. A União desenvolve uma política comum de imigração destinada a garantir, em todas as fases, uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção e a luta reforçada contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.

2. Para esse efeito, a lei ou lei-quadro europeia estabelece as medidas nos seguintes domínios:

- a) Condições de entrada e de residência, bem como normas relativas à emissão, pelos Estados-Membros, de vistos e de títulos de residência de longa duração, nomeadamente para efeitos de reagrupamento familiar;
- b) Definição dos direitos dos nacionais de países terceiros que residam legalmente num Estado-Membro, nomeadamente das condições que regem a liberdade de circulação e de permanência nos outros Estados-Membros;
- c) Imigração clandestina e residência ilegal, incluindo o afastamento e o repatriamento de residentes em situação ilegal;
- d) Luta contra o tráfico de seres humanos, em especial mulheres e crianças.

3. A União pode celebrar com países terceiros acordos destinados à readmissão, nos países de origem ou de proveniência, de nacionais de países terceiros em situação ilegal.

4. A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer medidas de incentivo e de apoio à acção dos Estados-Membros, a fim de fomentar a integração dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no seu território, excluindo-se qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

1. **Na pág. 138, o artigo III-230.º deve passar a ter a seguinte redacção (última frase alterada):**

Artigo III-230.º (ex-artigo 193.º)

No exercício das suas atribuições, o Parlamento Europeu pode, a pedido de um quarto dos membros que o compõem, constituir uma comissão de inquérito temporária para analisar, sem prejuízo das atribuições conferidas pela Constituição a outras Instituições ou órgãos, alegações de infracção ou de má administração na aplicação do direito da União, excepto se os factos alegados estiverem em instância numa jurisdição, e enquanto o processo jurisdicional não se encontrar concluído.

A Comissão de Inquérito temporária extingue-se com a apresentação do seu relatório.

Por lei europeia do Parlamento Europeu, adoptada por sua própria iniciativa, são determinadas as modalidades de exercício do direito de inquérito. O Parlamento Europeu delibera após aprovação do Conselho e da Comissão.

---